

## ARTIGO DE REVISÃO

# A Educação Especial no Ceará: um estudo da evolução dos indicadores entre 2005 e 2014

*The Special Education in Ceará: a study of evolution between 2005 and 2014*

Alexandre Dido Balbinot<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, RS, Brasil. Laboratório de Corpo e Linguagem no Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado Lampadinha (CEMAEEL), Cachoeirinha, RS, Brasil.

Recebido em: 31/03/2016 / Aceito em: 05/04/2016  
adbabinot@gmail.com

## RESUMO

O cenário da educação especial tem sofrido importantes modificações, principalmente na última década, sendo assim necessária a análise da evolução deste processo. **Objetivo:** analisar a evolução da educação especial e da inclusão de portadores de necessidades especiais entre 2005 e 2014 no Estado do Ceará/ Brasil. **Método:** estudo de caráter ecológico com uso de dados provenientes dos Censos Educacionais. A análise foi realizada no programa Stata 11.0 e empregou-se: Correlação de Spearman, Regressão de Poisson robusta. O nível de significância empregado foi de  $p < 0,05$  e Intervalo de Confiança de 95%. **Resultados:** analisou-se 25.591.084 matrículas da educação básica, sendo 268.266 da educação especial. As escolas exclusivamente especializadas representaram 16,04% das matrículas da educação especial e em média, foram 4.303,3 (DP= 2517,47) matrículas anuais. As classes especiais representaram 8,02% das matrículas com média anual de 2.151,8 (DP= 1.162,53). Já as classes comuns do ensino regular contemplaram 75,93% das matrículas e foram em média 20.367,5 (DP= 10.427,4) matrículas anuais. Observou-se redução nas matrículas da educação básica em 3% e aumento na educação especial em 9%. Para as escolas exclusivamente especializadas houve redução de 18% (20% em privadas e 11% em públicas). As classes especiais apresentaram redução de 15%, idêntico as instituições públicas. A educação privada não apresentou modificação significativa ( $p=0,129$ ). As classes comuns apresentaram aumento de 19% (13% na rede pública e 11% na privada). **Considerações finais:** a educação no Estado do Ceará está passando por um processo de modificação no seu paradigma de atendimento corroborando com o que é

preconizado internacionalmente. Todavia, ainda há uma demanda reprimida de atendimento.

**Palavras-chave:** Educação especial; Necessidades educacionais especiais; Inclusão escolar; Ceará/Brasil.

## ABSTRACT

*The setting of special education has undergone major changes, mainly in the last decade and it is necessary to analyze the evolution of this process, therefore. Objective: analyze the evolution of special education and inclusion of people with special needs between 2005 and 2014 in State of Ceará / Brazil. Method: ecological character study, using data from the Educational Census. The analysis was performed in Stata 11.0 and was employed: Spearman correlation, robust Poisson regression. The level of employee significance was set at  $p < 0.05$  and 95% confidence interval. Results: consideration was 25,591,084 enrollment in basic education, with 268,266 special education. The only specialized schools represented 16.04% of enrollments of special education and on average were 4303.3 (SD = 2517.47) Annual enrollment. Special classes accounted for 8.02% of enrollments with an annual average of 2151.8 (SD = 1162.53). Already common classes of regular schools contemplated 75.93% of enrollments and averaged 20367.5 (SD = 10427.4) annual enrollment. A decrease in enrollment in basic education by 3% and increase in special education by 9%. For exclusively specialized schools was reduced by 18% (20% in private and 11% public). Special classes were reduced by 15%, the same public institutions. The private education showed no significant change ( $p = 0.129$ ). The common classes increased by 19% (13% in public and*

11% private). **Closing remarks:** *education in the State of Ceará is going through a change process as a paradigm of care corroborating what is recommended internationally. However, there is still pent-up demand for care.*

**Keywords:** *Special education; Special Educational Needs; School inclusion; Ceará/Brazil.*

## INTRODUÇÃO

Ao longo dos tempos, nas diferentes localidades, as pessoas com deficiência foram tratadas de diferentes modos. Isto ocorreu muito em ocorrência da conceitualização e conhecimento das patologias conforme o tempo e a cultura de cada sociedade, devendo ser levados em conta estes aspectos quando busca-se compreender a evolução do atendimento.<sup>1</sup>

Os deficientes passaram por fase de adoração, ao serem considerados seres híbridos e divindades. Mas, em um passado um pouco mais recente, foram perseguidos e eliminados através de execuções, exposições e outros meios. Esta perseguição ocorreu até a difusão do cristianismo, onde, uma vez que o sujeito é considerado como possuidor de “alma”, ganha em parte status de igualdade frente aos demais.<sup>2,3</sup>

Os sujeitos passam então, por um período considerado de institucionalização, em que há a segregação através de instituições totalitárias, geralmente relacionadas à igreja. Há uma concentração de deficientes principalmente nos ditos hospícios, mesmo que, grande parte do contingente não fosse formado por pessoas com sofrimento psíquico, mas sim, daqueles que não se enquadravam ou destoavam da comunidade.<sup>3,4</sup>

Com o avanço dos estudos científicos e, posteriormente, com o advento da reforma psiquiátrica, emergem as escolas especiais. Neste momento, já com um caráter de atendimento educacional mais específico, fato que anteriormente não era observado. Ainda assim, permanecesse uma exclusão social dos indivíduos.<sup>4</sup>

Especificamente para o Brasil, as escolas exclusivamente especializadas (escolas especiais) surgiram com a criação do Instituto dos Meninos cegos em 1854 e do Instituto dos Surdos-Mudos em 1857. Ambos localizados no estado do Rio de Janeiro. Nos anos que se seguiram a estes eventos, a evolução foi lenta e voltada à ampliação do contingente de escolas especiais. Fato que foi alterado nas décadas de 1960 e 1970, com a criação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs), em que houve uma ampliação significativa das escolas especiais.<sup>2,4,5</sup>

Em uma busca de uma ampliação da inclusão dos sujeitos deficientes na sociedade, foram criadas classes especiais no ensino regular. Estes espaços tinham como objetivo além de proporcionar o atendimento educacional para os sujeitos, a possibilidade de convivência com os ditos normais, ainda que, geralmente restrita ao horário do intervalo do turno e em ocasiões festivas.<sup>2,5,6</sup>

Mais recentemente, o modelo de atendimento proposto, tanto no território brasileiro como em outros países, é através das classes comuns do ensino regular. Para este modelo ainda é preconizado por lei, o incremento do serviço de atendimento educacional especia-

lizado, com função de complementar ou suplementar a formação dos alunos. Mais especificamente, trata-se da disponibilização de espaços de recursos multifuncionais dentro das escolas regulares para o atendimento dos alunos com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e também os com altas habilidades. Este atendimento deve ocorrer no turno inverso à escolarização, sendo oferecido, preferencialmente dentro de sua escola, mas podendo ocorrer na modalidade de centro educacional especializado ou escolas polos.<sup>7</sup>

O cenário da educação especial tem sofrido importantes modificações ao longo do tempo, principalmente na última década, sendo assim necessária a análise da evolução deste processo.<sup>6,8-10</sup> Deste modo, este estudo tem por objetivo analisar a evolução da educação especial e do processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais, através das quantidades de matrículas como indicadores deste processo no período entre 2005 e 2014 no Estado do Ceará/ Brasil.

## MÉTODO

O presente estudo é de caráter ecológico pois as medidas utilizadas representam grupos populacionais, e fez uso de dados secundários provenientes dos censos educacionais brasileiros representativos dos anos 2005 à 2014. Os dados são disponibilizados pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e foram acessados através do endereço eletrônico <http://portal.inep.gov.br>.

A aquisição dos dados foi realizada em 14 de fevereiro de 2015 através da realização do download dos arquivos eletrônicos que contemplavam os dados representativos de cada ano dos Censos Educacionais.

Em cada sinopse presente nos arquivos coletados foram extraídos os dados referentes às matrículas na educação básica e na educação especial. Também foram extraídos os dados por modalidade de atendimento, ou seja, aqueles referentes à educação especial através de escolas exclusivamente especializadas, de classes especiais no ensino regular e de classes comuns no ensino regular. Os dados foram coletados estratificando-se pela dependência administrativa da instituição de alocação da matrícula (pública ou privada).

A análise dos dados foi realizada através do programa Stata 11.0 e empregaram-se os seguintes testes estatísticos: Correlação de Spearman, Regressão de Poisson robusta. O nível de significância empregado foi de  $p < 0,05$  e Intervalo de Confiança de 95%.

### Aspectos éticos

Neste estudo foram utilizados dados provenientes dos Censos Educacionais, ou seja, dados que estão em domínio público. As informações secundárias estavam disponíveis para visualização e utilização através do endereço eletrônico <http://portal.inep.gov.br>, e são disponibilizadas pelo Ministério da Educação através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INPE). Tendo em vistas estes aspectos, não se identificou a necessidade de apreciação deste estudo por comitê de ética em pesquisa.

## RESULTADOS

Foram analisadas 25.591.084 matrículas da educação básica do Estado do Ceará, realizadas entre os anos de 2005 e 2014. O maior contingente de matrículas ocorreu no ano de 2005 com 2.945.476 inscrições e o menor em 2014 com 2.295.034, tendo uma média de 2.559.108 (DP=223.850,6; 2.295.034-2.945.476) matrículas. Da totalidade das matrículas, 16,02% referiam-se às instituições de dependências administrativas privadas e 83,98% às públicas. As instituições de caráter público englobaram em média 2.149.260 (DP= 246.276,9) matrículas anuais, ocorrendo o maior contingente no ano de 2005 (2.546.986) e o menor no ano de 2014 (1.841.076). Já as instituições privadas englobaram em média 409.848,5 (DP= 29.600,34) matrículas anuais, ocorrendo o maior contingente no ano de 2014 (453.958) e o menor no ano de 2007 (359.924). O Gráfico 1 apresenta a evolução das matrículas da educação básica ao longo do período estudado segundo dependência administrativa da instituição de origem da matrícula.

Especificamente referente à educação especial, no período estudado, foram contabilizadas 268.266 matrículas (1,05% da educação básica), havendo uma média anual de 26.822,6 (DP= 7350,36) matrículas, com o menor valor, ocorrendo no ano de 2005 (13.162) e o maior no ano de 2014 (36.366). Da totalidade, 16,95%

referem-se às instituições privadas, e, 83,05% às públicas. A rede privada apresentou uma média de 4.546,7 (DP1.704,76) matrículas, tendo ocorrido o menor valor no ano de 2013 (1.959) e o maior no ano de 2005 (6.230). A rede pública teve média de 22.275,9 (DP= 8.651,95), tendo ocorrido o maior valor no ano de 2014 (34.267) e o menor no ano de 2005 (7.099). O Gráfico 2 apresenta a evolução das matrículas da educação especial ao longo do período estudado, segundo dependência administrativa da instituição de origem da matrícula.

Dentro das modalidades disponíveis para atendimento educacional especializado dentro da educação especial, as escolas exclusivamente especializadas (escolas especiais) representaram 16,04% do total das matrículas da educação especial. Em média, foram 4.303,3 (DP= 2517,47) matrículas anuais, com maior contingente no ano 2005 (7.260) e o menor no ano de 2014 (887). Nesta modalidade, em média 3318,7 (DP= 2.165,01; 274-5825) matrículas anuais em instituições privadas e 984,6 (DP= 402,88; 302-1.505) em instituições públicas.

Para o atendimento educacional especializado disponibilizado através de classes especiais na educação regular representaram 8,02% do total de matrículas. Observou-se uma média anual de 2.151,8 (DP= 1.162,53) matrículas, ocorrendo a maior quantidade no ano de 2007 (3.404) e a menor no ano de 2011 (110). Foram, em média, 132,9 (DP= 183,57; 0-507) em instituições privadas, e, 2.018,9 (DP= 1.066,04;

Gráfico 1 - Matrículas da educação básica entre os anos de 2005 e 2014 no Estado do Ceará/ Brasil.

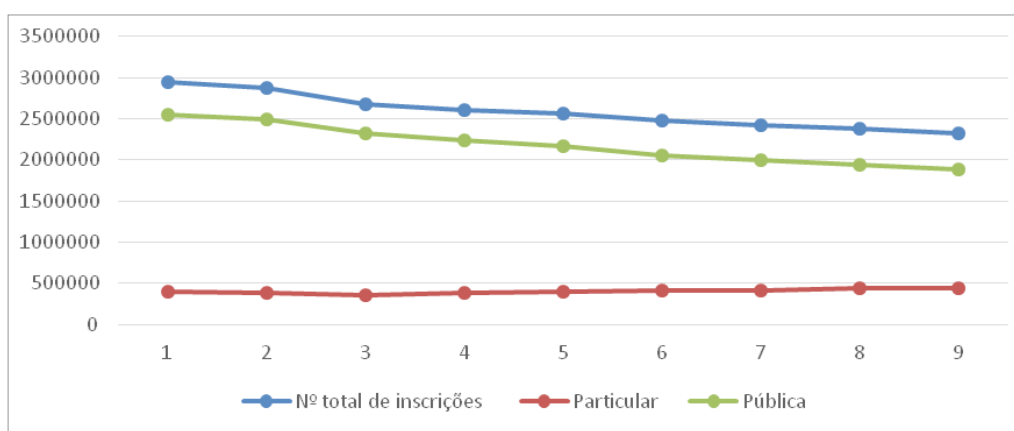
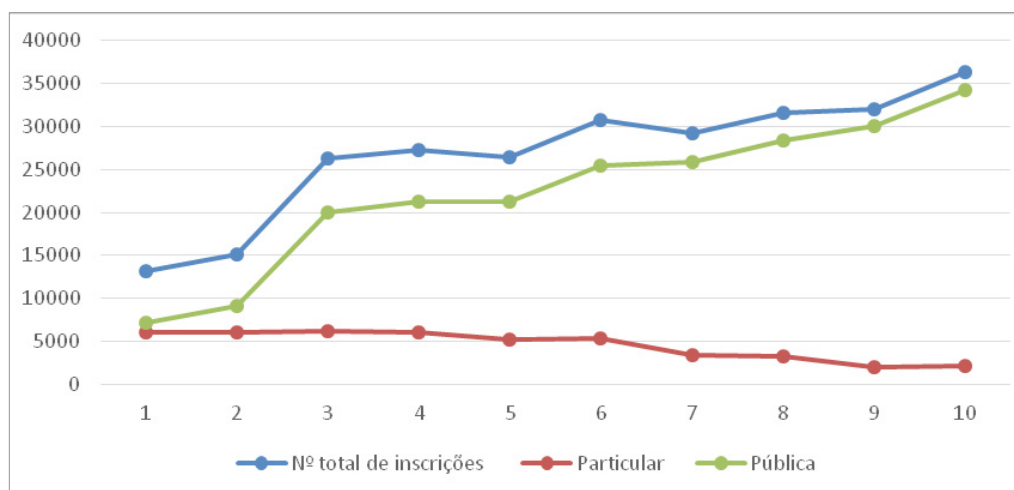


Gráfico 2 - Total de matrículas da educação especial entre os anos de 2005 e 2014 no Estado do Ceará/ Brasil.



110-3.211) e, instituições públicas.

O atendimento educacional especializado através de classes comuns do ensino regular contemplou 75,93% das matrículas da educação especial ao longo do período abordado. Em média, foram 20.367,5 (DP= 10.427,4) matrículas anuais, tendo ocorrido o menor contingente no ano de 2005 (2.639) e o maior no ano de 2014 (34.504). Ocorreram em média, 1095,1 (DP= 587,09; 186-1811) matrículas em instituições privadas anualmente, e, 19.272,4 (DP= 9.855,61; 2.453-32.708) em instituições públicas.

O Gráfico 3 apresenta a evolução das matrículas da educação especial por modalidade de atendimento ao longo do período estudado.

Segundo regressão de Poisson Robusta, foi possível observar uma variação significativa nas matrículas da educação básica, havendo ao longo do período uma diminuição em torno de 3%. Referente à dependência administrativa da instituição de alocação da matrícula, houve aumento em 2% nas matrículas da rede privada, em contraponto à redução ocorrida na rede pública que foi de 4%.

Especificamente referente às matrículas da educação especial, foi evidenciado aumento significativo de 9% ao longo do período, semelhante ao ocorrido para as instituições públicas de ensino, onde houve aumento do número de matrículas em torno de 13%. Entretanto, a rede de educação privada apresentou redução no período avaliado em 11%.

Analisando os dados estratificados por modalidade de atendimento disponibilizada dentro da educação especial, foi possível observar redução significativa nas matrículas provenientes de escolas exclusivamente especializadas em 18%. Semelhantemente, as instituições privadas também apresentaram redução, com percentual de 20%, e, as instituições públicas em 11%.

Já, as classes especiais do ensino regular apresentaram redução no contingente de matrículas em 15% ao longo do período estudado, idêntico ao encontrado para as instituições públicas de ensino. Aqui é importante ressaltar que os dados provenientes da educação privada não apresentaram modificação significativa ( $p=0,129$ ).

Por fim, as classes comuns do ensino regular diferentemente das duas modalidades anteriores, apresentou aumento significativo em 19%. Este aumento foi acompanhado pelas instituições de caráter público,

tendo, respectivamente, um acréscimo de 13% no volume de matrículas. Já, a rede privada apresentou um retrocesso de 11%.

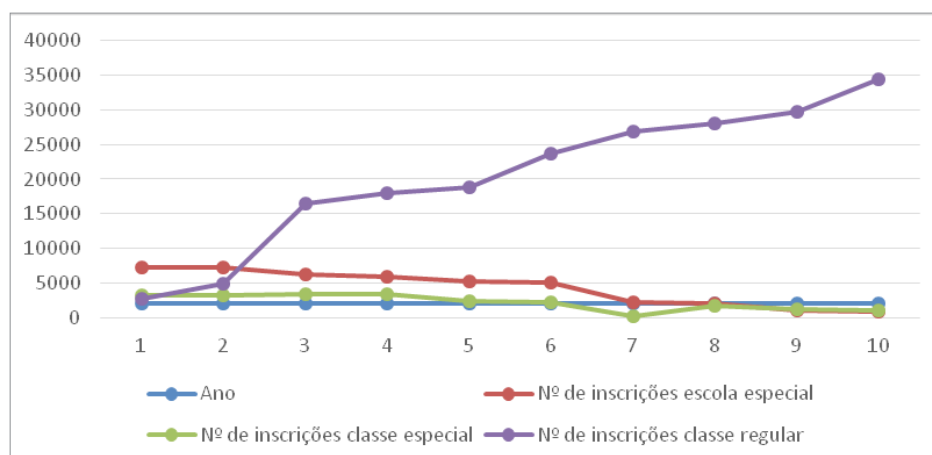
Os dados referentes à análise por Regressão de Poisson Robusta são apresentados na Tabela 1 segundo Razão de Prevalência (RP), Intervalo de Confiança (IC) e P-Valor (p).

**Tabela 1** - Análise através da Regressão de Poisson robusta da evolução das matrículas entre 2005 e 2014 no Estado do Ceará/ Brasil.

Variável	RP	IC 95%	p
<b>Nº de inscrições no Ens. Esp. em escola exclusivamente especializada</b>			
Total	0,82	0,77-0,87	<0,001
Particular	0,80	0,73-0,87	<0,001
Pública	0,89	0,85-0,92	<0,001
<b>Nº de inscrições no Ens. Esp. em classe especial do ensino regular</b>			
Total	0,85	0,80-0,91	<0,001
Particular	0,86	0,70-1,04	0,129
Pública	0,85	0,81-0,91	<0,001
<b>Nº de inscrições no Ens. Esp. em classe comum do ensino regular</b>			
Total	1,19	1,11-1,27	<0,001
Particular	1,20	1,12-1,28	<0,001
Pública	1,19	1,10-1,27	<0,001
<b>Nº Total de inscrições no Ens. Esp.</b>			
Total	1,09	1,05-1,12	<0,001
Particular	0,89	0,85-0,92	<0,001
Pública	1,13	1,08-1,19	<0,001
<b>Nº Total de inscrições no ensino básico</b>			
Total	0,97	0,97-0,98	<0,001
Privada	1,02	1,01-1,03	<0,001
Pública	0,96	0,96-0,97	<0,001

Foi evidenciada correlação positiva dos valores de matrículas na educação básica quando comparados com os valores provenientes das escolas exclusivamente especializadas, assim como, das classes especiais em escolas regulares. Diferentemente, foi observada correlação negativa entre os valores de matrículas na educação básica, quando comparados com os valores provenientes das matrículas em classes comuns do ensino regular, e, dos valores provenientes da educação especial. Os dados resultantes da análise de Correlação de Spearman são descritos na Tabela 2.

**Gráfico 3** - Matrículas da educação especial estratificada por modalidade de atendimento entre os anos de 2005 e 2014 no Estado do Ceará/ Brasil.





**Tabela 2** - Análise através da correlação das matrículas da educação básica com as matrículas da educação especial entre 2005 e 2014 no Estado do Ceará/ Brasil.

	Nº Total de inscrições da educação básica	
	Spearman's rho	p
Nº de inscrições no Ens. Esp. em escola exclusivamente especializada	1,000	<0,001
Nº de inscrições no Ens. Esp. em classe especial do ensino regular	0,830	0,003
Nº de inscrições no Ens. Esp. em classe comum do ensino regular	-0,983	<0,001
Nº Total de inscrições no Ens. Esp.	-0,976	<0,001

## DISCUSSÃO

Ficou evidente a retração no contingente de matrículas efetuadas na educação básica do estado do Ceará. Este fenômeno parece representar as modificações no perfil demográfico da população brasileira de um modo geral, ou seja, este fenômeno é desencadeado pela diminuição nas taxas de natalidades ao longo de um período, o que acarreta em um número menor de sujeitos em idades de escolarização neste momento. A diminuição no tamanho da população em idade escolar pode ser observada em dados disponibilizados pelo censo populacional do IBGE<sup>11</sup> e nas estimativas populacionais do Datasus,<sup>12</sup> presentes em sua plataforma eletrônica.

A variação na educação básica não foi semelhante para as instituições de diferentes dependências administrativas (públicas e privadas). Houve um aumento na quantidade de matrículas das escolas da rede privada em contraponto à rede pública. A demanda imposta à educação privada reflete o discurso social que remete o setor privado como sendo mais eficaz e efetivo.<sup>13</sup> Assim, mesmo a necessidade de investimento financeiro, uma parcela significativa da sociedade tem optado por estas instituições.

Em contraponto à educação básica, a educação especial ampliou em aproximadamente 9% sua oferta de vagas. Isto é muito positivo pois retrata uma ampliação em um cenário de diminuição das matrículas totais. Condiz com aquilo que é preconizado, tanto nacionalmente como internacionalmente.<sup>14</sup> Mais especificamente sobre o território brasileiro, é evidente que as políticas públicas têm conseguido fomentar e desenvolver positivamente a educação especial. Em especial, a implementação do AEE na rede pública tem auxiliado na ampliação da oferta de vagas da educação especial.

Já, a rede privada de educação não tem conseguido fomentar a educação especial dentro de suas instituições. Fato possivelmente vinculado a dois fatores principais: a modificação do paradigma de atendimento educacional preconizado e a diferença do custo elevado da educação especial, quando comparada com a educação regular. A questão do custo, até outrora era repassado para os responsáveis pelo sujeito, o que gerava uma menor demanda nas instituições. Entretanto, recentemente, entrou em vigor lei que proíbe a diferenciação do valor da matrícula para a educação especial em instituições privadas.<sup>15</sup> Ainda não houve tempo suficiente para se analisar a repercussão desta nova legislação.

A modificação do paradigma de atendimento

comentada, é aqui evidenciada, através da migração do atendimento através de escolas exclusivamente especializadas e de classes especiais no ensino regular para as classes comuns do ensino regular. Esta alternância se deu de maneira geral, tanto nas instituições de dependência pública como privada. Houve apenas uma peculiaridade para as classes especiais da educação privada que não apresentou uma modificação significativa, entretanto são observados poucos sujeitos utilizando desta modalidade de atendimento no último ano estudado, 2014.

Esta modificação vai ao encontro do preconizado ainda na Declaração de Salamanca<sup>14</sup> e reforçado por estudos posteriores como de García-Cedilo e Romero-Contreras<sup>16</sup> que demonstraram a importância da inclusão dos sujeitos alvos da educação especial em classes comuns do ensino regular.

É importante ressaltar que o presente artigo discute a evolução da educação especial a partir das quantidades matrículas como indicadores do processo, não sendo avaliada a qualidade do serviço prestado pelos diferentes modelos de atendimento disponibilizados e pela dependência administrativa da instituição (pública ou privada), sendo esta uma limitação desta análise.

Ainda assim, é possível afirmar que o Estado do Ceará está conseguindo desenvolver políticas que propiciam o desenvolvimento da modalidade de atendimento considerada atualmente como mais inclusiva, através das classes comuns no ensino regular. Entretanto é necessário mais que incluir o sujeito no espaço, é necessária a constituição de práticas integradoras, que potencializem a participação dos sujeitos em atividades comuns ao ambiente, tanto fisicamente como funcionalmente, socialmente e comunitariamente.<sup>17</sup>

Todavia, um ponto relevante evidenciado neste estudo é quantidade de sujeitos atendidos pela educação especial em comparação com o total de alunos da rede. A parcela desta população com matrícula na educação especial gera em torno de 1% do montante, e se pensarmos nas prevalências das doenças que se enquadram dentro do espectro de atendimento da educação especial, está muito abaixo do esperado.

Ao elencarmos apenas algumas patologias que estão englobadas no atendimento da educação especial, observamos que a cegueira apresenta incidência na população entre 0,1% à 0,15%,<sup>18</sup> a surdez em torno de 0,29%,<sup>19</sup> a Síndrome de Down em torno de 0,22%,<sup>20</sup> o autismo em torno de 0,5%,<sup>21</sup> e a paralisia cerebral em torno de 0,7%.<sup>22</sup> Ainda seria possível citar outras síndromes e comprometimentos da infância que ocasionam a necessidade de atendimento educacional especializado, mas estes já demonstram a demanda imposta à educação.

Além das patologias e deficiências englobadas na educação especial, os sujeitos com altas habilidades/superdotação também devem ser atendidos pela educação especial. Segundo estudos prévios, a prevalência desta condição, na população de crianças e adolescentes, está em torno de 3% a 5%.<sup>23,24</sup> Então, a culminância do que aqui foi elencado em frente aos achados do estudo, já demonstra que há uma demanda reprimida de atendimento, ou seja, há alunos que necessitam de atendimento especializado e estão matriculados em classe comum sem suporte, ou não estão à margem da educação.

É notável que evolução paradigmática dos modelos de atendimento ainda está em andamento, mesmo tendo sido percorrido um importante caminho até o presente momento, ainda há a necessidade de uma continuidade e aperfeiçoamento do processo de inclusão e a integração dos alunos em todas as formas. Mais relevante ainda, é a necessidade de ampliação da oferta de vagas ao atendimento especializado com vistas à cobertura da totalidade da população alvo, não somente a garantia da vaga, mas a garantia de atendimento efetivo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um modo geral, o Estado do Ceará, parece estar passando por um processo de modificação no seu paradigma de atendimento aos sujeitos alvos da educação especial. Corroborando com o que é proposto pela sociedade e pelas legislações, há uma busca ou fomento de meios educacionais que propiciam uma menor segregação dos sujeitos e assim, provavelmente, o emprego de práticas mais inclusivas.

Mas, o percentual representativo da educação especial, dentro da totalidade dos educandos no estado, ainda está muito aquém do que seria o apropriado se pensarmos no valor de incidência de diferentes características que geram a necessidade de atendimento educacional especializado. Deste modo, o presente artigo evidencia a necessidade da análise dos indicadores para auxiliar na orientação de profissionais e autoridades políticas para a construção e acompanhamento de mecanismos de aperfeiçoamento do atendimento educacional à esta população.

## REFERÊNCIAS

1. Bianchetti L. Aspectos históricos da educação especial. Rev Bras Educ Especial 1995;2(3):7-19.
2. Miranda AAB. Educação Especial no Brasil: desenvolvimento histórico. Cadernos de História da Educação. 2009; 7.
3. Dos Santos JB. A "dialética da exclusão/inclusão" na história da educação de 'alunos com deficiência'. Educação e Contemporaneidade. 2002, p. 27.
4. Miranda AAB. História, deficiência e educação especial. Revista HISTEDBR 2004;(15):1-7.
5. Miranda AAB. História, deficiência e educação especial. Revista HISTEDBR 2004;(15):1-7.
6. Vinente S, Duarte M. O plano nacional de educação (2014-2024) e a garantia de um sistema educacional inclusivo: possibilidade ou utopia. Olhares 2015;3(2):133-151.
7. Brasil. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Brasília, DF: 2009.
8. Garcia RMC. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. Rev Bras Educação 2013;18(52):101-119.
9. Meletti SMF. Indicadores Educacionais sobre a Educação Especial no Brasil e no Paraná. Educação & Realidade 2014;39(3).
10. Secretaria Especial dos Direitos Humanos (BR). Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, DF: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, 1997.
11. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BR). Censo Demográfico 2010. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=2018&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2018&id_pagina=1)>. Acessado em 15 de fevereiro de 2016.
12. Ministério da Saúde (BR). Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) [online]. Brasília [s.d.]. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br>. Acessado em 15 de fevereiro de 2016.
13. Adrião T, Peroni VMV. A educação pública e sua relação com o setor privado: implicações para a democracia educacional. Retratos da Escola 2015;3(4).
14. Brasil. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1994. 54 p.
15. Brasil. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Casa Civil. Lei 13.146 de 06 de Julho de 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em: 08 jul. 2015.
16. García-Cedilo I, Romero-Contreras S. Influencia del tipo de escuela (especial o regular) y algunas variables socioeconómicas sobre el aprovechamiento escolar del alumnado con discapacidad. Revista Electrónica Educare (Educare Electronic Journal) 2016;20(1):1-26.
17. Sanches I, Teodoro A. Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. Revista Lusófona de Educação 2006;8(8).
18. Oliveira PR. Causas da cegueira na infância. Arq. bras. Oftalmol 1992;55(4):172-5.
19. Silva DTC, Lewis DR. Epidemiologia Descritiva da Deficiência Auditiva na Infância. Distúrbios da Comunicação 2013;25(1).
20. Lima GB, Capra MEZ, Frantz BC, Leite JCL, Giugliani R. Síndrome de Down: características clínicas, perfil epidemiológico e citogenético em recém-nascidos no Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Rev AMRIGS 1996;40(1):8-13.
21. Klin A. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. Rev Bras Psiquiat 2006;(28)1:3-11.
22. Bonomo LMM, Castro VC, Ferreira DM, Miyamoto ST. Hidroterapia na aquisição da funcionalidade de crianças com paralisia cerebral. Rev Neurociências. 2007;15(2):125-30.
23. Azevedo SML, Mettrau MB. Altas habilidades / superdotação: mitos e dilemas docentes na indicação para o atendimento. Psicol. cienc. prof.[online] 2010;30(1):32-45.
24. Martin BA, Chacon MCM. Identificação de características de altas habilidades/superdotação apresentadas por alunos matriculados em escolas de ensino regular. IX ANPED SUL: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. 2012.

Como citar: BALBINOT, Alexandre Dido. A Educação Especial no Ceará: um estudo da evolução dos indicadores entre 2005 e 2014. Cinergis, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 1, mar. 2016. ISSN 2177-4005. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/cinergis/article/view/7147>>. Acesso em: . doi:<http://dx.doi.org/10.17058/cinergis.v17i1.7147>.